

**DISCUTINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO “PAINEL INTEGRADO AO MINICURSO”**

Maria Rosana de Oliveira Castro  
Universidade do Estado do Pará - Brasil  
E-mail: mrosanastm@hotmail.com

Relato de experiência

**Resumo:** O texto tem como início uma breve discussão sobre a origem das experiências relatadas, ressaltando que os estudos iniciaram no período de estudos do mestrado acadêmico em educação (2005-2007) e dado continuidade no exercício da docência. Para realização das experiências seguimos a metodologia qualitativa, nessa abordagem a problemática é sempre redefinida e delimitada, fizemos a revisão bibliográfica, pois ela coloca o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do tema de pesquisa, neste caso as políticas públicas educacionais. Em seguida relatamos as experiências propriamente ditas. A primeira denominada “Painel Integrado de Políticas Públicas”, cujo objetivo foi socializar e discutir as Políticas Públicas Educacionais no contexto da Escola Pública, nessa atividade participaram docentes da educação básica e do ensino superior e discentes do ensino superior. E a segunda experiência foi o minicurso “Políticas públicas educacionais e a formação de professores”, que teve como objetivo fazer um resgate histórico da educação pública no Brasil, por meio de uma contextualização política, social e econômica, possibilitando uma discussão da Reforma do Estado brasileiro, sua relação com a escola pública, seus desafios e contribuições na formação de professores. As experiências foram consideradas positivas pelos discentes do ensino superior, docentes da educação básica da rede pública de ensino e pela instituição superior de ensino.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas Públicas. Formação. Reforma Educacional.

## **1 A origem**

A origem das experiências a serem relatadas parte de estudos que foram realizados desde o período do curso do mestrado acadêmico em educação (2005-2007) e dado continuidade no exercício da docência no ensino superior. Os estudos tem nos mostrado que com a exigência de ajuste das condições de produção ao processo de reestruturação capitalista, é exigida a reconstrução do Estado de modo que ele possa enfrentar os desafios da sociedade no século XXI e seja forte para assegurar os direitos sociais e a competitividade de cada país no cenário internacional, porém essa exigência tornara-se difícil para os países da América Latina, como pode ser conferido na passagem seguinte:

A construção de um novo tipo de Estado é também a grande questão para América Latina. Mas embora haja um contexto



global de reformas, há importantes peculiaridades latino-americanas. Primeiro, no que diz respeito à situação inicial da crise do Estado, cuja gravidade era bem maior do que a existente no mundo desenvolvido. Não só estes países entravam em uma séria crise fiscal como ainda o modelo anterior de desenvolvimento econômico (modelo de substituição de importações) exauria-se. Ademais, o problema da dívida externa tornou-se crônico em quase todo o continente. A não resolução destes problemas estruturais fez com que a década de 80 fosse marcada, para a maioria das nações latino-americanas, pela estagnação e por altas taxas de inflação (CLAD, 1998, p. 27).

Para o Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), a reconstrução do Estado foi tida como a saída para os países latinos enfrentarem seus principais problemas de redemocratização, desenvolvimento econômico e distribuição de riqueza. E desse modo, as autoridades governamentais responsáveis pela modernização da administração pública e da reforma do Estado dos países membros do CLAD, consideram que a implantação da reforma gerencial nesses países seria fundamental para aumentar a governança<sup>1</sup> do Estado e melhorar a governabilidade democrática do sistema político (CLAD, 1998).

A Reforma Gerencial é uma modificação estrutural do aparelho de Estado. Não pode ser confundida com a mera implementação de novas formas de gestão, como a da qualidade total. Trata-se de mudar os incentivos institucionais do sistema, de modo a transformar as regras burocráticas mais gerais, o que permitiria aos administradores públicos adotar estratégias e técnicas de gestão mais adequadas (Ibid., p. 31).

Percebemos que essas discussões e inserções possibilitadas pelos estudos, contribuem para a formação de profissionais docentes mais esclarecidos e conscientes de suas responsabilidades na sociedade, pois a eles é atribuído um papel fundamental: a formação dos discentes sejam eles crianças, adolescentes, jovens ou adultos, nesse sentido, são necessários que o docentes compreendam e conheçam a origem e o significado das políticas públicas sociais na construção da cidadania e de uma formação emancipadora.

---

<sup>1</sup> Governança é entendida aqui como a capacidade do Estado de transformar em realidade, de forma eficiente e efetiva as decisões politicamente tomadas (CLAD, 1998, p.32).

As experiências a serem relatadas nasceram dos estudos e do exercício da docência nos municípios do interior do Estado do Pará, especificamente na disciplina Políticas Públicas Educacionais, pois foi durante as aulas dessa disciplina que percebemos que as discussões que ali estavam sendo realizadas sobre as políticas públicas educacionais, junto aos discentes deveriam ultrapassar os limites da sala de aula e alcançar a comunidade local, neste caso a escola pública com seus professores e gestores.

Principalmente sobre a política educacional da década de 1990, pois consideramos um período acentuado por vários acordos internacionais e pela implementação de projetos que visaram preparar o país para o desenvolvimento e a competitividade internacional. A Conferência Mundial de Educação para Todos pode ser considerada como grande norteadora da política educacional do período, ela demarca a adesão do Brasil ao grupo dos países em desenvolvimento, com necessidade de universalizar a educação básica e erradicar o analfabetismo, considerados pelos organismos internacionais como obstáculos para o crescimento e desenvolvimento do país.

## **2 Metodologia**

Ao ministrar no curso de Pedagogia a disciplina Políticas Públicas Educacionais, nos foi possibilitado desenvolver o “Painel Integrado de Políticas Públicas” e o “Minicurso de Políticas Públicas Educacionais”, ambos realizado no Município de Igarapé –Açú, Campus X da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Para as atividades desenvolvermos as atividades referidas no parágrafo anterior seguimos o enfoque metodológico da abordagem qualitativa, nessa abordagem a problemática é sempre redefinida e delimitada de novo, pois é na exploração do contexto social onde se realiza a pesquisa que o problema vai se definindo e se delimitando. Chizzotti (2010, p. 28-29) afirma que:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito,

com perspicácia e competência científicas, os significados parentais ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Para a realização do “Painel Integrado de Políticas Públicas” e o “Minicurso de Políticas Públicas Educacionais” foi realizada uma revisão bibliográfica, cujo objetivo foi situar o objeto para um estudo aprofundado acerca da temática em questão, pois como afirmam Marconi e Lakatos (1986) a revisão bibliográfica coloca o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do tema de pesquisa, ou seja, aproxima o pesquisador e o objeto de estudo.

A base teórica que sustentou as discussões do “Painel Integrado de Políticas Públicas” e o “Minicurso de Políticas Públicas Educacionais” teve como referência básica: BRASIL (1996a); BRASIL (1996b); BRZEZINSKI (2008); CASTRO (2007); DOURADO (2008); FERREIRA (2001); FONSECA (2001); LIMA (2002); PERONI (2003); SHIROMA (2002), dentre outras que fizeram a discussão sobre as políticas públicas educacionais dos anos de 1990.

O “Painel Integrado de Políticas Públicas” foi realizado por meio de mesas redondas com professores convidados da própria instituição de ensino superior e de outras, que discutiam ou estavam discutindo a temática em questão bem como a participação de discentes que estavam cursando ou já haviam cursado a disciplina políticas públicas educacionais que faziam exposição oral de temáticas discutidas e orientadas na disciplina (o detalhamento dessa experiência está no item 3.1).

O “Minicurso de Políticas Públicas Educacionais” ocorreu mediante a realização de um curso no Município de Igarapé – Açú, visando a coparticipação da Universidade do Estado do Pará na formação continuada dos professores e gestores da rede pública de ensino local, bem como o envolvimento interativo dos graduandos e seu provável universo de trabalho profissional. Foi desenvolvido por meio Mesas e Painéis de discussões, com atividades em grupos, utilização dos recursos de Data show e DVD (esse detalhamento está posto no item 3.2 que relata a experiência).

### **3 Socializando a experiência**

#### **3.1 Painel Integrado de Políticas Públicas**

O Painel Integrado de Políticas Públicas teve como objetivo socializar e discutir as Políticas Públicas Educacionais no contexto da Escola Pública, contando com a participação direta dos docentes e discentes da Instituição Superior de Ensino, aberto às instituições de Educação Básica da Rede Pública.

O evento mobilizava o Campus da Universidade do Estado do Pará com docentes e funcionários da instituição e a coordenação ficava sob nossa responsabilidade docente juntamente com as turmas que estavam cursando as disciplinas Políticas Públicas Educacionais e Fundamentos da Gestão Educacional.

O painel sempre contava com uma mesa de professores convidados da própria instituição e de outras instituições de ensino superior que discutiam ou estavam discutindo a temática em questão. O primeiro painel teve como tema central: “A Educação Básica e os desafios do Ensino Público”. As professoras convidadas dessa mesa discutiram “Políticas Públicas em diálogo com a Educação Inclusiva”; “Gestão Democrática da Educação”; “Política e Financiamento da Educação: Fundef e Fundeb”.

É importante relatar que os discentes participavam não somente da comissão organizadora, mas apresentavam oralmente trabalhos que haviam sido desenvolvidos durante a disciplina e que abordavam eixos importantes das disciplinas. Entre eles estavam:

- Gestão Democrática da Educação
- Mecanismo de Participação da escola pública
- Municipalização da Educação
- A LDB e a educação básica no Brasil
- Política e Financiamento da Educação
- Políticas Nacionais de avaliação dos sistemas de ensino: SAEB, ENEM, ENADE e Prova Brasil

O segundo Painel Integrado trouxe como debate central as Políticas Públicas para a Educação no Brasil, fazendo uma discussão das políticas federais que foram implementadas nas escolas públicas do país. A mesa convidada discutiu “Políticas Públicas para Educação no Brasil”, com as seguintes palestras: “Políticas Federais em educação para as escolas públicas brasileiras”; “Políticas de Educação Inclusiva”. Os discentes participaram apresentando os seguintes temas:

- Estudos Iniciais sobre Educação
- Financiamento da Educação (FUNDEB)
- Mecanismos de Participação da Escola
- Municipalização da Educação.

Ressaltamos que esse tipo de ação para acontecer precisa contar com apoio da instituição, principalmente local, pois o docente sem apoio fica muito limitado a sala de aula. Em cada um dos eventos participaram aproximadamente 200 pessoas de diferentes municípios vizinhos, e os participantes em sua maioria foram professores das redes municipais de ensino que avaliaram como uma iniciativa positiva.

O painel integrado contava como parte avaliativa das disciplinas, pois os trabalhos apresentados pelos alunos eram previamente apresentados e discutidos em sala de aula, o que era considerado positivo, pois essa atividade também preparava os discentes para participações em eventos fora da instituição, pois seguíamos o mesmo estilo e critério de organização com preparação de pôster e/ou slides para as apresentações.

### **3. 2 Minicurso de Políticas Públicas Educacionais**

Essa atividade também surgiu a partir do exercício da docência, durante as aulas nas discussões com os discentes, percebemos que deveríamos discutir com outros profissionais da educação alguns eixos da disciplina, pois eram de interesse principalmente dos professores da rede pública de ensino. Dessa forma surgiu o minicurso sobre políticas públicas educacionais com carga horária de 40 horas, ele foi aberto para a comunidade acadêmica,



professores da rede pública de ensino e demais interessados nas discussões sobre políticas públicas educacionais.

O minicurso teve como objetivo geral: fazer um resgate histórico da educação pública no Brasil, por meio de uma contextualização política, social e econômica, possibilitando uma discussão da Reforma do Estado brasileiro, sua relação com a escola pública, seus desafios e contribuições na formação de professores. E como objetivos específicos:

- Identificar os principais desafios e contribuições das políticas públicas educacionais para a formação de professores;
- Analisar historicamente a educação pública no Brasil, por meio da reforma educacional dos anos de 1990;
- Refletir sobre as influências da crise capitalista para a Reforma do Estado Brasileiro;

A seguir apresentamos resumidamente a base do referencial teórico discutido no minicurso.

A partir da década de 1990, o Brasil veio intensificando o processo de reformas no campo político-econômico e social para se adaptar às exigências do mundo globalizado, que afirmara ser a educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países em desenvolvimento. As reformas vieram de orientações dos organismos internacionais compactuadas pelas elites dirigentes do País e tiveram como objetivo modernizar o aparelho estatal daí incidirem prioritariamente na organização e nas formas de gestão (SHIROMA, 2002).

Houve um amplo processo de reformas na educação brasileira, seguindo o modelo de gestão gerencial adotado pelo Estado que incidiu principalmente na organização e na forma de gestão da escola. Segundo Shiroma (2002) o projeto educacional brasileiro hegemônico da década de 1990 seguiu o modelo internacional e teve como referência as deliberações da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990, pois o país passou a adotar as orientações da referida Conferência, comprometendo-se em assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos dentro da concepção neoliberal.

A reforma educacional realizada pelo governo federal foi caracterizada por duas frentes, a primeira teve como base um projeto global para a educação por meio da legislação educacional, a exemplo, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394 de 1996 (LDBEN) e a segunda, constituída pela implementação de um conjunto de planos setoriais e decretos do Executivo (PERONI, 2003), que atingiram a gestão e o financiamento da educação por meio de programas que evidenciavam um processo de descentralização na aplicação dos recursos.

Desde a Constituição Federal de 1988, o Estado conseguiu assegurar toda uma legislação, apontada para a democratização da gestão do ensino público, a descentralização, a autonomia e projeto político pedagógico das escolas. Considerando que, embora as políticas educacionais estejam ancoradas no objetivo principal de melhorar a qualidade da educação pública, na realidade sua concretização reflete o entendimento e as intenções das bases representativas do poder público que cada sociedade possui, ou seja, elas se configuram de acordo com o compromisso político e ético de cada ator envolvido no processo educativo, que poderão ou não estar articulados com os interesses democráticos instituídos legalmente.

Desse modo, mesmo que a escola ou o sistema de ensino público e suas estruturas organizacionais e culturais estejam interligados às regras formais das políticas educacionais, procurando seguir as metas, objetivos e orientações estabelecidas, tais sistemas encontram-se situados em dada realidade em que se constituem relações sociais e interpessoais das quais se estabelecem margens às liberdades e opções de escolha.

Nesse sentido, todas as tensões e conflitos entre os atores centrais ou periféricos, apontam para o reconhecimento de que no interior das organizações escolares exista um espaço para o exercício de certa autonomia, pois segundo Lima (2002, p.43) “[...] mesmo em uma administração centralizada, a força da imposição normativa nem sempre é obedecida, ou traduzida em poder e em ações orientadas em conformidade, [...]”, o que levará a uma infidelidade normativa, pois as regras estabelecidas não serão



cumpridas em uniformidade, elas serão selecionadas e adequadas às realidades em que deverão ser inseridas.

A autonomia referida por Lima (2002) exigirá da comunidade escolar um processo de conhecimento e conscientização do lugar que a escola representa para o conjunto da sociedade na formação política, econômica e social, visto que são por meio dessa instituição de ensino que serão formados os diferentes profissionais. Desse modo, investir na formação e/ou capacitação dos profissionais da educação, quer sejam eles professores, gestores ou graduandos é estar se comprometendo com o desenvolvimento local e regional, é contribuir para o desenvolvimento sócio-político educacional e econômico das populações do interior do Estado do Pará.

O minicurso foi desenvolvido por meio Mesas e Painéis de discussões, com atividades em grupos, conforme o quadro 01.

**Quadro 01 – Mesas e painéis de discussões**

|  |  |
|--|--|
| <b>1º Dia do curso:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Mesa: Discussão geral sobre as políticas públicas educacionais dos anos de 1990, principais enfoques;</li><li>2. Apresentar e discutir com os cursistas as principais medidas educacionais implementadas na escola pública a partir da década de 1990;</li><li>3. Estudo em grupo com texto que aborda a temática: Políticas educacionais dos anos de 1990</li><li>4. Elaboração de um painel com as medidas educacionais implementadas nas escolas do Município;</li></ol> | <b>3º Dia do curso:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Mesa: A LDB e a formação dos profissionais da educação: perspectivas e limites</li><li>2. Fazer grupos de estudos para discutir as principais dificuldades que o professor enfrenta na sua formação</li><li>3. Discutir sobre as dificuldades levantadas pelos grupos de trabalhos associando-as sempre que possível com as principais políticas públicas educacionais;</li></ol> |
| <b>2º Dia do curso:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Mesa: Análise histórica da educação pública no Brasil, por meio da reforma educacional dos anos de 1990 e a Formação do educador;</li><li>2. Filme: “Nenhum a menos” (YIMOU, Zang)</li><li>3. Fazer uma discussão sobre a importância do professor no processo de educação de uma sociedade;</li><li>4. Elaborar um painel enfocando as contribuições do professor no processo de educação de uma sociedade;</li></ol>  | <b>4º Dia do curso:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Painel: Desafios para a escola pública: Gestão e Financiamento da Educação;</li><li>2. Discutir sobre a importância da gestão escolar e do financiamento da educação no contexto das reformas educativas ocorridas nos de 1990, evidenciando a importância do conhecimento e da apropriação do assunto pela comunidade escolar, especialmente professores e gestores;</li></ol>   |
| <b>5º Dia de curso:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Painel: A didática e a prática docente</li></ol>  |  |



2. Discutir o trabalho e a formação do professor, destacando os componentes fundantes da Prática Docente: Trabalho, Saber, Cultura e Racionalidade.
3. Avaliar em grupo as perspectivas e desafios das políticas públicas educacionais e a formação de professores.

**Fonte:** Elaborado pela autora

O minicurso teve uma aceitação positiva, pois ele foi oferecido em uma semana acadêmica e logo teve suas vagas preenchidas. Atualmente estamos desenvolvendo essa mesma ação em uma instituição privada de ensino superior.

#### **4 Considerações finais**

As atividades desenvolvidas foram bem aceitas pelo público alvo em vista da temática levar a uma discussão para além da sala de aula. Os discentes puderam perceber por meio das atividades realizadas as experiências das políticas públicas nas escolas do Município, por sua vez, os docentes da rede pública de ensino do Município aproveitaram o momento da realização dessas atividades para ampliarem seus conhecimentos, com novas leituras e estudos a respeito das políticas públicas educacionais do Brasil implementadas nas suas escolas. Sem dúvida foi importante envolver discentes da educação superior e docentes da rede de ensino local nessa discussão, dos dois lados houve importante interesse em acompanhar e participar das discussões.

Dessa forma, as propostas desenvolvidas tiveram uma relevante contribuição na formação continuada dos docentes da Rede Pública de Ensino, na formação dos discentes da UEPA, visto que ela proporcionou uma compreensão dos atuais marcos da política educacional brasileira em um espaço mais amplo em que se constituem e estabelecem as relações sociais.

#### **Referências**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.



BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**, Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**, Lei Nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, N.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DOURADO, L. F. **Gestão democrática da educação e da escola**. In: PARÁ. Secretaria Estadual de Educação do. A educação básica no Pará: elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos. Belém, Pará, 2008.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: resignificando conceitos e possibilidade**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, M. **O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 3 ed. 2001.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SHIROMA, E. O. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.